

# Cabral nomeia Fogaça como seu substituto na Comissão

Janio de Freitas

## E, além de tudo, falam

Há pelo menos uma unanimidade nacional, se por um momento executarmos os políticos do conjunto dos brasileiros: é o sentimento de que o padrão dos políticos caiu tanto que está, provavelmente, no seu ponto mais degradado ao longo de toda a história política do país.

Quando de suas manifestações iniciais, esta degenerescência foi por muitos explicada como subproduto do regime militar, que levou ao afastamento a quase totalidade dos políticos de melhor padrão e impediu o surgimento de novos quadros qualificados ou promissores. Dê-se a explicação como satisfatória ou, ao que parece melhor, como acessória das consequências do crescimento econômico descomprometido do desenvolvimento cultural e social, o fato é que nestes dois anos e meio pós-regime militar as evidências da degradação agravaram-se muito.

Estão os políticos na iminência de definir o regime de governo do Brasil e não há sequer a mais remota aparência de debate entre defensores do presidencialismo e do parlamentarismo. Tenta provocá-lo, em vão, o senador Afonso Arinos, que pertence a uma estirpe extinta de políticos, para a qual até o golpismo pretendia apresentar alguma fundamentação conceitual. O que se está testemunhando, nestes tempos, não é só a perda total da cerimônia, de um mínimo de recato, na transformação de quase tudo na política em operações de compra e venda, em permuta de interesses materiais, para o que contribuiu decisivamente a concepção de política levada à Presidência da República por Sarney. Até nas escassas ocasiões em que concedem aos cidadãos algum argumento, o que nos é oferecido é a desrespeitosa prova de que a degradação já entrou até pelo aviltamento da compostura intelectual.

Desde que surgiu no plano nacional como deputado pelo Amazonas, antes de 64, Almino Afonso, hoje vice-governador de São Paulo, foi reconhecido como pessoa bem dotada. Em artigo que acaba de publicar, Almino atribui haver aos constituintes "carregado de intolerância" a questão do sistema de governo. Ante a tendência parlamentarista da Constituinte, pergunta: "Acaso alguém imagina que o presidente Sarney, vendo-se despojado de seus poderes, aceitará passivo a amputação?" Como a resposta é óbvia, concita todos a "compreender o fato de que a

Assembléia Constituinte ser soberana não a exime de adequar-se à realidade nacional, limitando-se ela própria em função do objetivo maior que é a reorganização democrática do país".

Tenciona a reconhecida inteligência de Almino, pois, que 140 milhões de idiotas "compreendamos" que a realidade nacional é o regime desejado por Sarney. E que a Constituinte deve "adaptar" o regime ao desejo de Sarney ou o presidente infemizará o país com seu direito de boicotar o regime. Espera-se que, em próxima obra de idêntico rigor intelectual, Almino explique o por que de uma Constituinte, se já são bem conhecidos os desejos de Sarney, dos militares, dos especuladores rurais e de outros que não vão "aceitar passivos" as decisões soberanas da Constituinte. Por ora, que se fique com a convocação para que "preservemos os poderes do presidente Sarney (...) enquanto durar-lhe o mandato". E com a informação de que Almino escreveu para conclamar apenas "a grandeza" da Constituinte de "limitar-se ela própria".

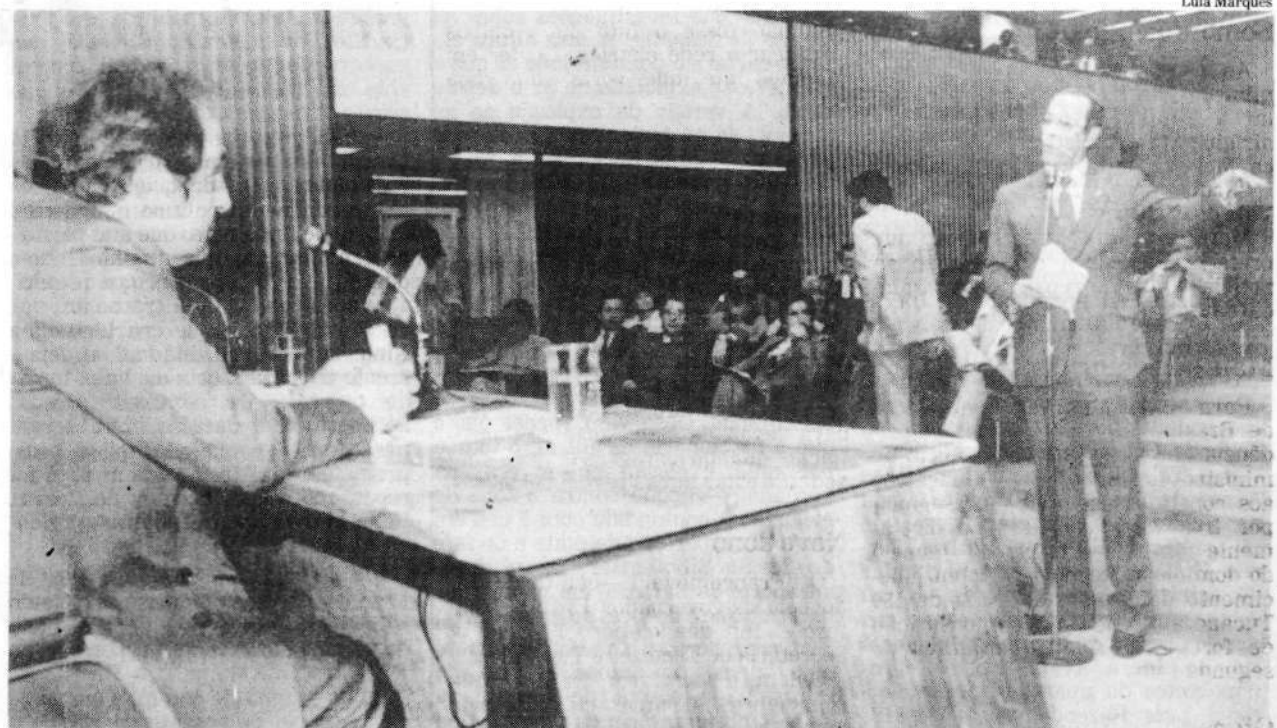
O governador Pedro Simon, que há quase dez anos figura na ala de destaques do PMDB, quer o parlamentarismo só depois que Sarney usufrua de cinco anos no poder. E então argumenta, como registrou meu colega Ricardo Noblat: "Elegemos Jânio Quadros em 61 com aquela votação fantástica e o que foi que deu? Elegemos Tancredo, ele nem assumiu. Se esperamos tanto, podemos esperar mais um pouco." Já não se compreende por que Simon integrou-se ao movimento para encerrar em 85 o regime militar, cujo projeto era manter-se por mais um pouco. Talvez naquela época ele ainda respeitasse a lógica primária de que justo quem esperou muito é que deve ser atendido, e não condenado a esperar mais.

Das qualificações acadêmicas do senador Fernando Henrique Cardoso nem se fale, para não humilhar ninguém. Lembra-se apenas que foi um dos grandes críticos dos casuismos e, daí, prega hoje que se faça uma Constituição destinada a vida longa. Por isso, "sempre presidencialista", aderiu ao parlamentarismo "porque é o melhor para este momento".

Outros exemplos não encheriam um jornal: encham-nos todos, todos os dias, neste aviltamento que já não tem por onde descer mais.

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, nomeou ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS) como seu relator-substituto. Com esta decisão, Cabral poderá continuar ausentando-se das reuniões que debatem seu substitutivo na comissão, dedicando-se à elaboração da segunda versão do texto. "Farei um trabalho de reportagem", disse Fogaça, de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"). O senador foi relator da Subcomissão do Poder Executivo, pertencente à Comissão de Sistema de Governo, durante a primeira fase do Congresso constituinte.



O relator Bernardo Cabral (esq.) ouve o deputado Carlos Sant'Anna durante a reunião da Comissão de Sistematização

Apesar da indicação formal do senador como relator-substituto, vários constituintes presentes à reunião da Comissão de Sistematização, ontem pela manhã, reclamaram da decisão de Cabral, cobrando-lhe uma maior assiduidade nos trabalhos de debate do substitutivo. Cabral contou com o apoio, entretanto, do líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas.

### Novo índice

Durante a reunião da tarde de ontem entre Cabral, as lideranças partidárias do PMDB e os relatores-adjuntos, no Instituto Israel Pinheiro,

o senador Fernando Henrique Cardoso propôs uma alteração na apresentação do texto da nova Constituição. A matéria constitucional seria dividida em dois blocos. O primeiro deles — a "parte nobre" do texto — incluiria os dez primeiros títulos. Um segundo bloco trataria de matéria de legislação ordinária presente no texto constitucional, que poderia ser chamado de "Disposições Complementares", segundo Cardoso.

"Isso permitiria maior flexibilidade de texto", disse Cardoso. Para que o Congresso Nacional pudesse alterar futuramente o primeiro bloco seriam necessários 2/3 dos votos e, para o segundo, apenas maioria absoluta. Trata-se de uma solução para enxugar o texto constitucional "vital" da matéria que pode ser alterada por ser legislação ordinária. Apesar de não ter sido incorporada ainda ao novo substitutivo, a proposta foi bem aceita pelos relatores-adjuntos e por Cabral.

Apenas o capítulo dedicado ao "Sistema Tributário" foi debatido durante a tarde de ontem. Uma caravana de constituintes do Norte e Nordeste do país entrou no Instituto Israel Pinheiro, em busca de uma ampliação da alíquota do Fundo Nacional de Participação destinada aos seus Estados.

## Conservadores ampliam sua influência na Sistematização

O grupo de "centro-direita" do Congresso constituinte ampliou seu poder de influência junto ao deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro (segundo levantamento realizado pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos", no dia 19 de janeiro), relator da Comissão de Sistematização, nesta fase decisiva da preparação da nova Constituição. Esta conquista significou, em contra-partida, numa restrição dos poderes de atuação dos relatores-adjuntos do PMDB, de perfil de "centro-esquerda".

Pouco a pouco, os constituintes "conservadores" foram aumentando sua presença e atuação nas reuniões em que se decidem as modificações da segunda versão do substitutivo de Cabral. Numericamente o grupo de "centro-direita", encabeçado pelo senador José Richa (PMDB-PR), centro, superou o de "centro-esquerda".

Apesar de apenas quatro peemedebistas terem a designação formal de "relatores-adjuntos" — os senadores Fernando Henrique Cardoso (SP), centro-esquerda, Wilson Martins (MS), centro, José Ignácio Ferreira (ES), centro-esquerda, e o deputado Néilson Jobim (RS), centro —, a mesa de reuniões abriga uma dezena de outros relatores informais. Muitos também são do PMDB, como os deputados José Serra (SP) e Eclides Scalco (PR), ambos de centro-esquerda, mas a maioria são representantes do grupo dos "moderados", liderado por Richa.

Além de serem oriundos deste grupo, estes parlamentares têm uma proximidade grande junto a Cabral por terem sido designados como

"relatores de campo" na primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Por critérios pessoais, o relator escolheu, em meados de junho, oito constituintes para auxiliá-lo na compilação dos relatórios das comissões temáticas.

Liderados pelo deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), centro, o grupo reuniu o senador Virgílio Távora (PDS-CE), centro-direita, e os deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), direita, Nilson Gibson (PMDB-PE), direita, Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), centro, Konder Reis (PDS-SC), direita, Renato Vianna (PMDB-SC), centro, e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), centro-esquerda. Na época, houve um conflito de competências entre estes relatores e os peemedebistas. Mas Cabral priorizou formalmente o PMDB.

A partir do trabalho do grupo dos "moderados", Richa incorporou os relatores-adjuntos na formulação do "Projeto Hércules" e ganhou espaço junto a Cabral. Na preparação do primeiro substitutivo, nem todos os "relatores de campo" participavam das reuniões. Mas o senador Virgílio Távora e o deputado Adolpho Oliveira eram presenças constantes e decisivas. O grupo dos "oito" conquistou o espaço dos relatores peemedebistas.

Nesta atual fase, apenas Gibson e Vianna não comparecem. Atuares como relatores informais, os seis "moderados" ganharam o espaço restrito formalmente dos peemedebistas. Apenas Cardoso e Jobim são constantes nos trabalhos, Ignácio Ferreira oscila em sua participação e Martins anda desaparecido.

## Segundo o Prodase, PMDB apresentou mais emendas

De acordo com o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodase), das 14.313 emendas remetidas ao novo substitutivo a ser feito pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), 7.637 foram apresentadas pelo PMDB. O PFL encaminhou à comissão 2.774 emendas. O Prodase é o órgão encarregado do processamento de todas as informações referentes aos trabalhos do Congresso constituinte.

Na lista do Prodase — com cerca de três metros de comprimento — o deputado José Egreja (PTB-SP), centro-direita, foi o que mais emendas apresentou — 288. Depois aparecem Adolpho Oliveira (PL-RJ), centro, com 262; Manoel Moreira (PMDB-SP), centro-esquerda, 212; e o senador Fernando Henrique Cardoso, 181. Dos 559 constituintes, 46 nada propuseram.

AS EMENDAS DOS PARTIDOS	
PMDB	7.637
PFL	2.774
PDS	794
PDT	736
PTB	722
PL	402
PDC	401
PT	272
PSB	169
PC do B	161
PCB	127
PMB	5
Propostas de emendas de iniciativa popular rejeitadas na primeira fase e reapresentadas nesta segunda fase pelos partidos	113
TOTAL	14.313

## Versão do substitutivo não prevê a instituição do "defensor do povo"

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, não incluiu na segunda versão de seu substitutivo a proposta de criação da figura jurídica do "defensor do povo", conhecido também como "ombudsman". Trata-se de um representante da sociedade civil junto ao Poder Executivo e Legislativo, existente em vários países e defendido por entidades da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Foi mantida, entretanto, a "Defensoria Pública", que será posteriormente organizada, pela legislação complementar, na União, Estados e Territórios. "Se ficar bem organizada a Defensoria, a ausência do ombudsman não fica mal. Como foi reforçado o poder do Ministério Público, o defensor seria uma figura demasiada", disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), líder do partido no Senado e um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização.

**Giocondo** - O ex-secretário-geral e presidente de honra do PCB, Giocondo Dias, morto, aos 73 anos, de câncer cerebral na segunda-feira, foi sepultado ontem às 16h40 no cemitério do Caju (zona norte do Rio). Quarenta bandeiras vermelhas destacavam-se no cortejo, formado por cerca de duzentos militantes e dirigentes do PCB. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, compareceu ao velório, na Assembléia Legislativa do Rio, "em caráter pessoal, como amigo de Dias".

**Golbery** - O general da reserva Golbery do Couto e Silva, 76, continua internado no Hospital Sírio-Libanês, na região central de São Paulo, e sua situação "é estável", segundo informou ontem, às 17h30, uma atendente do hospital. Golbery foi o principal ideólogo do Movimento de 64 e articulador da abertura política nos governos Geisel e Figueiredo. Ele encontra-se na unidade de terapia semi-intensiva. Golbery está sendo submetido a tratamento radioterápico, aplicado a pacientes que sofrem de câncer.

**"Marajás"** - O procurador-chefe da Procuradoria Judicial do Estado de São Paulo, Jesus Machado Tambelini, disse ontem que "pela Constituição, o órgão responsável pela fiscalização de distorções salariais entre os serviços públicos é o Tribunal de Contas". Tambelini foi ouvido pela Comissão Especial de Inquérito da Assembléia Legislativa que está investigando a existência de "marajás" entre os servidores estaduais paulistas. Em sessão extraordinária, ontem à noite, a Assembléia começou a discutir proposta do governador Orestes Quércia, que fixa limites máximos e mínimos de retribuição salarial aos servidores do Estado.

**PH** - Com o objetivo de alcançar o número mínimo de filiados exigido pela legislação eleitoral em vigor, o Partido Humanista (PH) lançou no último fim-de-semana campanha nacional de filiação ao partido. O tema escolhido é "O novo avança: filie-se ao PH". Segundo Fernando Paulo de Almeida Marques, 44, ex-presidente da agremiação em 1985 e coordenador de "um núcleo de base humanista", o PH contaria hoje com aproximadamente dezesseis mil filiados.